

# Eficiência operacional da força-tarefa conjunta multinacional e paz na região do Lago Chade

*Operational efficiency of the multinational joint task force and peace in the Lake Chad region*

**Resumo:** Os países da Bacia do Lago Chade (LCB) criaram a Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTf) em 2012 para enfrentar a crise do Boko Haram, que começou na Nigéria em 2002. Reconhecendo que o problema era regional, e não apenas nigeriano, os países da Região do Lago Chade (LCR) - Benin, Camarões, Chade, Níger e Nigéria - concordaram em melhorar a cooperação. Em 2015, o quartel-general da MNJTf foi atacado pelo Boko Haram, o que levou a um aumento das respostas militares dos países da LCR. Entretanto, quase uma década depois, a MNJTf não atingiu seu objetivo de eliminar a ameaça do Boko Haram devido a desafios como financiamento, equipamento e estrutura. Esses desafios prejudicaram a paz na região e desviaram a atenção de outras ameaças enfrentadas pelos países da LCR. Esta pesquisa propõe medidas como financiamento, equipamento e estrutura adequados para aumentar a eficácia da MNJTf. Espera-se que a implementação dessas recomendações contribua para a paz e a estabilidade na região do Lago Chade e na África como um todo.

**Palavras-chave:** Bacia do Lago Chade (BLC); terrorismo; MNJTf; eficiência operacional militar e paz.

**Abstract:** The Lake Chad Basin (LCB) countries created the Multinational Joint Task Force (MNJTf) in 2012 to address the Boko Haram crisis, which started in Nigeria in 2002. Recognizing that the problem was regional, not just Nigerian, the countries of the Lake Chad Region (LCR) - Benin, Cameroon, Chad, Niger, and Nigeria - agreed to improve cooperation. In 2015, the MNJTf headquarters was attacked by Boko Haram, which led to increased military responses from the LCR countries. However, almost a decade later, the MNJTf has not achieved its goal of eliminating the Boko Haram threat due to challenges such as funding, equipment, and structure. These challenges have undermined peace in the region and diverted attention from other threats faced by LCR countries. This research proposes measures such as appropriate funding, equipment, and structure to enhance the effectiveness of the MNJTf. Implementing these recommendations is expected to contribute to peace and stability in the Lake Chad Region and Africa as a whole.

**Keywords:** Lake Chad Basin (LCB); Terrorism; MNJTf; Military Operational Efficiency and Peace.

**Yusuf Muktar Dodo** 

Nigerian Army. Military Police.

Nigerian Defence Attaché, Cairo, Egito.

mpymdodo@gmail.com

**Recebido: 15 fev. 2024**

**Aprovado: 03 jul. 2024**

**COLEÇÃO MEIRA MATTOS**

**ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833**

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons  
Attribution Licence

## 1 INTRODUÇÃO

Uma força multinacional conjunta (MNJTF) foi criada em 1994, durante o governo do General Sani Abacha, para monitorar e controlar as atividades de criminosos e facilitar a livre circulação ao longo da fronteira norte da Nigéria. Ela permaneceu inativa até que a Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC, da sigla em inglês) a reativou para combater as crescentes ameaças da insurgência do Boko Haram (BHI) na Nigéria. Em 1998, a força-tarefa passou a incluir unidades do Chade e do Níger, a fim de abordar questões comuns de segurança transfronteiriça na região do Lago Chade, com sede em Baga, estado de Borno, na Nigéria. Inicialmente, os países que contribuíram para a MNJTF incluíam Camarões, República Centro-Africana, Chade, Níger e Nigéria. A Argélia, a Líbia e o Sudão eram membros da LCBC, mas posteriormente se retiraram. A República Centro-Africana também se retirou, enquanto o Benim (que não faz parte da LCBC) aderiu à força-tarefa (Antimbom, 2016). Grupos fundamentalistas islâmicos cresceram e expandiram suas operações durante a década de 2000 e o início da de 2010, entre os quais o Boko Haram e a Vanguarda para a Proteção dos Muçulmanos na África Negra, mais conhecida como Ansaru, foram os mais ativos e conhecidos. Posteriormente, o Estado Islâmico da Província da África Ocidental (ISWAP) também ganhou destaque na região. O Boko Haram iniciou suas operações em 2009, e os grupos militantes começaram a desafiar cada vez mais as forças de segurança em toda a região, rapidamente conquistando territórios, principalmente no nordeste da Nigéria (Mapping Military Organisations).

Em abril de 2012, o mandato da MNJTF foi expandido para abranger operações de contraterrorismo. No auge do Boko Haram, entre 2014 e 2015, eles mataram mais de 10.000 pessoas e sequestraram crianças em idade escolar de Chibok e Dapchi. A LCBC reativou a MNJTF em abril de 2012, com cada país do grupo concordando em contribuir com um batalhão (International Crises Group, junho de 2020). A MNJTF enfrenta um financiamento inadequado, incoerente e insuficiente e, portanto, é incapaz de planejar, executar e sustentar adequadamente operações de grande escala. Esta situação exige a priorização dos desafios atuais e a mobilização adequada dos recursos disponíveis para resolvê-los. Para aumentar a capacidade e a eficácia da força contra o terrorismo, a região do Lago Chade deve reforçar as capacidades de inteligência da MNJTF, alinhar a formação com as principais áreas prioritárias para resolver as lacunas de capacidade e institucionalizar um quadro de devida diligência para o financiamento e utilização de fundos (Zabala, 2023). Dessa forma, é aparente que os países da região do Lago Chade desejam desenvolver sua capacidade para uma MNJTF eficiente e eficaz no combate ao Boko Haram.

Este estudo examina como uma MNJTF eficiente pode enfrentar a insegurança e, eventualmente, promover a paz na região do Lago Chade, focando na alocação e gestão mais eficazes de recursos financeiros, equipamentos e estrutura organizacional, além da racionalização das políticas e da burocracia nas operações e gestão da MNJTF. O estudo está dividido em seções que incluem: uma introdução; o enquadramento conceitual e teórico; uma visão geral da MNJTF; uma análise do Boko Haram; os fatores que influenciam a eficiência operacional da MNJTF; a possibilidade de alcançar a paz por meio de uma MNJTF eficaz; e um caminho proposto a seguir. Esta pesquisa sugere financiamento, equipamento e soluções estruturais para a MNJTF e países na região do Lago Chade. Tais soluções devem tornar as operações da MNJTF mais eficazes como parte dos esforços regionais para trazer paz e estabilidade à região do Lago Chade e à África em geral.

Este estudo busca abordar as seguintes questões:

1. A MNJTF é eficiente?
2. Qual é a conexão entre a eficiência das atividades da MNJTF e a paz na região do Lago Chade?
3. Quais são os fatores que reduzem a eficiência da MNJTF?
4. Uma MNJTF eficiente é capaz de levar à paz na região do Lago Chade?
5. Qual é o caminho para alcançar a eficiência nas atividades da MNJTF e a paz na região do Lago Chade?

Este estudo analisará criticamente os fatores que desafiam o funcionamento eficiente da arquitetura de segurança. O problema mais crítico envolve o financiamento e o equipamento adequados, elementos absolutamente necessários para o trabalho colaborativo no enfrentamento da BHI. O objetivo geral do estudo é verificar como uma MNJTF eficiente pode lidar com a insegurança e promover a paz na região do Lago Chade. Os objetivos específicos incluem examinar a eficiência operacional da MNJTF e avaliar os fatores responsáveis por quaisquer ineficiências. Também analisaremos a conexão entre a eficiência das atividades da MNJTF e a paz na região do Lago Chade, além de oferecer sugestões específicas para resolver as ineficiências da MNJTF. Esta investigação utilizará as teorias das relações internacionais, da paz e da interdependência.

## 2 REFERENCIAL CONCEITUAL E TEÓRICO

### 2.1 Discussão conceitual

#### 2.1.1 O conceito da MNJTF

As forças-tarefa conjuntas (JTF, da sigla em inglês) são a principal forma de organização para operações conjuntas envolvendo todas as forças armadas (exército, marinha, aeronáutica, fuzileiros navais e guarda costeira), além de outras forças paramilitares. A estrutura organizacional da JTF capitaliza as capacidades únicas de cada serviço e proporciona a flexibilidade para adaptar a dimensão e a composição de uma força militar para realizar tarefas específicas em situações de paz, crise ou guerra. As últimas cinco a sete décadas mostraram um padrão entre as forças em envolvimento de diferentes nações em combate. As nações formam relações geopolíticas e econômicas regionais e globais para promover os seus interesses mútuos, garantir a segurança comum contra ameaças reais e percebidas, conduzir assistência humanitária estrangeira e operações de paz e promover os seus ideais. Interesses e responsabilidades globais inevitavelmente envolvem forças em alianças e atividades de coalizão. Isso eventualmente resulta em alianças e coalizões, geralmente chamadas, nas siglas em inglês, de JTF ou MNJTF. As alianças militares são altamente influentes

na formação do cenário da política internacional. Os Estados buscam alianças para se preservar diante de ameaças ou para aumentar seu poder (Riscassi, 1963).

Fatores culturais, diplomáticos, psicológicos, econômicos, tecnológicos e informacionais influenciam as operações multinacionais (Weitsman, 2011). Em tais acordos, estados membros ou países contribuintes de tropas (PCTs) partilham as responsabilidades, os riscos e os custos de resolver os problemas mais incômodos em todo o mundo. As operações multinacionais são conduzidas por forças de dois ou mais países, geralmente realizadas dentro da estrutura de uma coalizão ou aliança. Outros acordos possíveis incluem a supervisão de uma organização internacional como as Nações Unidas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, a União Africana (UA) e blocos regionais como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Uma vez formadas, as alianças militares impactam todo o sistema, moldando os padrões de interação entre os estados, o que pode alterar a política entre os membros. Em muitos aspectos, os estados em coalizões centram-se na eficácia operacional. Este estudo avaliará algumas destas coalizões anteriores. No entanto, é importante analisar as suas diferenças, incluindo a sua formação, coesão e divisão de responsabilidades.

Operação *Inherent Resolve*: este é o nome operacional para a intervenção militar internacional organizada pelos EUA contra o Estado Islâmico, que inclui uma campanha no Iraque, outra na Síria e uma campanha na Líbia com elos próximos. A campanha (Força-Tarefa Conjunta-Operação *Inherent Resolve*) foi conduzida principalmente pelas forças dos EUA e do Reino Unido em apoio às forças de segurança iraquianas e Forças Democráticas Sírias. Tropas terrestres de combate foram mobilizadas no Iraque. Entre os ataques aéreos, 70% foram realizados pelos EUA, 20% pelo Reino Unido e os 10% restantes pela França, Turquia, Canadá, Países Baixos, Dinamarca, Bélgica, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Austrália e Jordânia. Em novembro de 2002, o Presidente dos EUA George W. Bush se referiu aos países que apoiaram militar ou politicamente a Invasão do Iraque em 2003 e a subsequente presença militar em Iraque pós-invasão como a Coalizão dos Dispostos (*Coalition of the Willing*). No total, quatro países (EUA, Reino Unido, Austrália e Polônia) contribuíram com tropas para a força de invasão, e 37 outros países forneceram um certo número de tropas para apoiar operações militares (Resolve Special Reports: Operation Inherent Resolve, 2017).

Operação *Allied Force*: em 24 de março de 1999, a OTAN iniciou um movimento para obrigar Slobodan Milošević a cessar a limpeza étnica no Kosovo e a retirar as forças sérvias da província disputada. Conforme a campanha do Kosovo, as novas missões da OTAN podem envolver a resposta e a gestão de crises em toda a Europa, incluindo países fora da área de seu tratado. A campanha mostrou a dificuldade de estabelecer e manter um consenso na guerra de coalizão, uma vez que as consultas políticas intra-aliança são essenciais para produzir qualquer ação militar (Peters et al., 2001).

Missão da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (SAMIM): no Chifre da África, os insurgentes filiados ao Estado Islâmico, conhecidos como Al-Shabaab, atacaram esquadras de polícia no município de Cabo Delgado, em Mocimboa da Praia, no ano de 2017, e mataram 17 pessoas. Em 15 de julho de 2021, o governo moçambicano aprovou o envio de cerca de 2.000 soldados de oito nações da Comunidade de Desenvolvimento

da África Austral para Cabo Delgado, o que constitui a SAMIM. Depois de chegar a um acordo com o governo moçambicano, Ruanda enviou 1.000 soldados para Cabo Delgado. As nações da África Austral assumiram este compromisso com Moçambique porque temem que a insurgência ameace a sua própria segurança, integração regional e desenvolvimento econômico (Cheatham; Long; Sheehy, 2022). A SAMIM é um exemplo encorajador dos desafios de segurança de uma força-tarefa conjunta multinacional na África.

### *2.1.2 Conceito de eficácia operacional militar*

A guerra pode ser compreendida como um fenômeno que ocorre por meio de interações em várias escalas até que uma das partes seja derrotada ou decida se render. Nesse processo, o produto, e não a soma das interações, decide o desfecho. Entregar um produto superior em eficácia militar parece ser um atributo importante para muitos, merecendo, assim, uma análise detalhada. A eficácia operacional refere-se à capacidade de uma organização em minimizar o desperdício de tempo, esforço e materiais, enquanto entrega um produto ou serviço de alta qualidade. Ela é alcançada quando a equipe opera de forma eficiente. Eficiência, por sua vez, é a relação entre os recursos necessários para manter a organização funcionando e os resultados que ela entrega. Enquanto recursos referem-se ao que é injetado em uma operação para um funcionamento eficaz, como equipe, treinamento e materiais/logística, resultados referem-se às vitórias ou derrotas alcançadas. O problema da eficácia militar indica uma perigosa simplificação da guerra, com o único desfecho lógico sendo soluções simples que prometem vitórias rápidas, fáceis e baratas (Jobbagy, 2009). A guerra é um processo dinâmico e aberto, no qual muitas vezes o melhor que podemos fazer é agir com base em informações locais, aprender com os erros e esperar que uma melhor combinação de treinamento, liderança, equipamentos e armamentos resulte em vitórias.

Mapear a eficácia militar exige a comparação como sua medida padrão. Os estudiosos concordam que é necessário abordar inúmeros fatores difíceis de calcular. Qualquer tentativa de descrevê-los implica limitar nossa atenção a certas características, em vez de focar em toda a gama de possibilidades. A eficácia militar está relacionada às variáveis que a promovem. Portanto, o debate deve restringir as variáveis abordadas e definir a eficácia desejada (Hali; Ahmed; Iqbal, 2020). Qualquer tentativa de abordar a eficácia militar deve considerar atributos coletivos, em vez de apenas agregar conclusões. A vitória não é uma característica de uma organização, mas sim um resultado da atividade organizacional. As operações militares contemporâneas visam parar de buscar objetivos estratégicos militares concretos e uma “vitória” para estabelecer certas condições a partir das quais os resultados políticos podem ser decididos (Millett; Murray; Watman, 1986). Uma força militar totalmente eficaz extrai o máximo de poder de combate dos recursos físicos e políticos disponíveis. Embora a eficiência seja frequentemente uma condição prévia para a eficácia, ela não é suficiente para alcançá-la. A eficácia ou a obtenção de objetivos também pode ser alcançada com pouca eficiência, como no ataque aéreo alemão em Creta em 1941. Ainda que os alemães tenham alcançado o objetivo de derrotar a força liderada pelos britânicos (Faulkner, 1941), a operação levou a perdas severas e foi considerada uma vitória catastrófica. A eficácia é uma combinação de conduta e desfecho. O desfecho é avaliado ao longo da história, mas a conduta pode ser medida no momento comparando-a com as melhores práticas em operações.

### *2.1.3 Conceito de Paz*

Mahatma Gandhi discursava sobre o conceito de não-violência em vez de paz e enfatizou a necessidade de superar a injustiça. A intenção de Gandhi foi resumida de forma perspicaz: a violência é um método pelo qual uma minoria cruel pode subjugar uma maioria passiva, enquanto a não-violência é um meio pelo qual uma maioria ativa pode superar uma minoria cruel. No entanto, a palavra não-violência é altamente imprecisa. Ela tem uma construção negativa, como se a coisa mais importante a se dizer sobre a não-violência fosse que ela não é alguma outra coisa. Não-violência é poder cooperativo; isto é, ação coletiva baseada no consentimento mútuo, em contraste com o poder coercitivo, que obriga a ação por meio de ameaças ou do uso da força (Fischer, 1954). John W. Burton (ex-embaixador australiano) argumentou que paz não significa necessariamente a ausência de conflito (Burton, 1997). O desafio para os praticantes da paz é encontrar maneiras pelas quais as comunidades possam resolver diferenças sem violência física.

Paz, em sua caracterização mais simples, indica a ausência de conflito (especialmente de conflitos violentos), enquanto definições mais proativas incluem a presença ativa de estados positivos de ser, como justiça, igualdade, liberdade de expressão, saúde física, segurança e autorrealização. Definir paz de maneira restrita pode levar a passividade e aceitação da injustiça. Paz é mais do que a ausência de guerra. É também a manutenção de uma sociedade ordeira e justa: ordeira por estar protegida contra a violência ou extorsão de agressores e justa por estar defendida contra exploração e abuso pelos mais poderosos. A verdadeira paz significa progresso em direção a um mundo mais livre e mais justo. Assim, a paz positiva significa transcender as condições que limitam o potencial humano e garantir oportunidades para a autorrealização (Peace, 2008). Um processo de paz é o conjunto de negociações sociopolíticas, acordos e ações que visam resolver um conflito armado específico. O processo de paz mistura política, diplomacia, mudanças de relações, negociação, mediação e diálogo em espaços oficiais e não oficiais, em duas etapas: cessação do conflito armado e reorganização sociológica (Marshall, 2020).

### *2.1.4 Relação Entre a Eficiência Operacional Militar e a Paz*

Os conflitos do novo milênio são complexos e assimétricos. Os maiores desafios de segurança atuais consistem em estados falidos, estados párias, insegurança regional com repercussões globais e o surgimento do terrorismo global. O sistema de dissuasão estratégica da era pós-Guerra Fria evoluiu para uma abordagem que não se baseia na retaliação, mas sim na prevenção, por meio da eliminação direta de terroristas, da dissuasão de patrocinadores ou da convicção de que o terrorismo não pode alcançar seus objetivos. Revoluções tecnológicas em sensores, tecnologia da informação e armas permitiram que as nações se organizassem e lutassem. De fato, é isso que as operações centradas em rede envolvem. Elas são coordenadas para moldar o comportamento de aliados, inimigos e indivíduos neutros em situações paz, crise e guerra (SMITH EDWARD A, 2003). Operações militares contemporâneas são multifuncionais e complexas, nas quais as forças armadas são apenas uma ferramenta em um arsenal que também contém instrumentos econômicos, sociais e políticos de poder. Medir a eficácia em operações complexas deve incluir capacidades civis tradicionais que também influenciam a obtenção dos objetivos políticos das operações voltadas para a paz (Enaohwo, 2021).

Os principais objetivos são conter conflitos, restaurar a paz, moldar o ambiente estratégico para apoiar a reconciliação e a reconstrução, e facilitar a transição para uma governança legítima. O papel dos militares é aplicar, ou ameaçar aplicar, a força para garantir o cumprimento de resoluções ou sanções, visando manter ou restaurar a paz e a ordem. Isso cria condições para uma paz duradoura ao fortalecer as capacidades da nação para enfrentar as causas do conflito, reconstruir instituições, infraestrutura e a vida cívica, além de manter uma ordem social eficaz e harmoniosa. (Peace Operations, EUA, maio de 2019). Operações militares são realizadas para apoiar os esforços de atores não militares ou para garantir um ambiente seguro no qual outros atores possam operar. Consequentemente, operações militares eficientes em áreas de conflito proporcionam o ambiente necessário para a normalidade, a paz e as atividades humanitárias.

## 2.2 Revisão da literatura relacionada

O crescente interesse na busca pela paz na região do Lago Chade aumentou o volume de literatura publicada sobre o assunto. Por exemplo, em “*The Impact of MNJTF Counter-Operations in the Fight against BHI*” (Dadur; Aliyu, 2021), os autores concordam que a BHI causou danos extensivos na região do Lago Chade e requer os esforços coletivos da comunidade global para ser derrotada. O estudo tentou determinar o impacto da BHI na paz tripartite da região e identificar os desafios da MNJTF. Foram estabelecidas conexões entre pobreza, analfabetismo, mudanças climáticas e subdesenvolvimento com o conflito, oferecendo uma visão de como o baixo desenvolvimento econômico aumentou o risco de recrutamento fácil. No entanto, os autores não conseguiram identificar os desafios políticos e estruturais enfrentados pela MNJTF e como abordá-los. Sua recomendação sobre financiamento foi direcionada apenas aos PCTs e não mencionou os doadores que sustentam a MNJTF. Além disso, Panle e Shittu não consideraram a expansão das tropas ou o uso de polícia para garantir áreas recapturadas.

Em seu tratado “*Conflict Analysis in The Lake Chad Basin 2020-2021. Trends, developments and implications for peace and stability*”, Charles Chika Aniekwe (2021) (Chefe do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para a LCBC) concorda que os antecedentes da crise da BHI podem ser amplamente atribuídos às falhas do Estado. A última década destaca um contexto no qual facções da BHI prosperaram e evoluíram explorando vácuos socioeconômicos e políticos. Esses números continuaram a crescer, expondo necessidades humanitárias que propiciaram um terreno fértil para o extremismo violento. Aniekwe também afirma que atos de banditismo, sequestro, roubos em estradas e furto de gado foram registrados na região, e a BHI se incorporou a essas ameaças existentes. Isso também foi evidenciado no modo de operação do Jama’tu Ahlis Sunna Lidda’awati wal-Jihad (JAS), que incorporou esses crimes como partes fundamentais de sua operação. Ele ainda aludiu que Abubakar Shekau formou uma aliança com criminosos no norte da Nigéria para expandir seu território e aproveitar a indústria de sequestros para resgate, levando ao sequestro de 300 meninos em idade escolar em dezembro de 2020 no estado de Katsina, Nigéria.

É importante destacar que toda a literatura acima examinou o conflito e a MNJTF. No entanto, Charles H. Anderson e Jurgen Brauer (2019) não conseguiram vincular diretamente suas observações ao modo pelo qual ações econômicas podem melhorar a paz e a segurança em um conflito em andamento. Além disso, Charles não considerou os esforços da MNJTF nem

a necessidade de colaboração com outras partes, como o LCR, LCBC ou a UA, para garantir uma MNJTF eficaz e eficiente para a paz na região do Lago Chade. Esses trabalhos falharam em identificar questões salientes associadas aos desafios enfrentados pela MNJTF e formas de torná-la eficiente. Consequentemente, algumas das estratégias oferecidas por esses estudiosos para mobilizar esforços em direção à paz na região do Lago Chade e aprimorar a segurança nacional eram insuficientes. Essa é a lacuna na literatura que este estudo pretende preencher.

## 2.3 Referencial Teórico

Neste texto, consideramos as teorias da interdependência e da segurança coletiva como as mais adequadas para análise da eficácia da MNJTF e da paz na região do Lago Chade.

### 2.3.1 Teoria da Interdependência

A interdependência é uma característica estrutural fundamental do sistema internacional, assim como a anarquia. A anarquia e a interdependência não se opõem uma à outra, como frequentemente se afirma; os dois conceitos são logicamente independentes. A interdependência estratégica, por exemplo, refere-se à capacidade de cada participante atingir seu desfecho esperado dependendo, em algum grau, das escolhas dos outros participantes. Cada ator enfrenta custos pela não-cooperação. (Nye; Keohane, 1977). Já a interdependência estrutural resulta da própria natureza da relação. O pensamento sobre interdependência tem servido de alicerce para os estudos de relações internacionais, focando na dependência mútua e nos benefícios da troca. A interdependência recíproca restringe o comportamento e avalia os efeitos da interdependência na eficácia do uso da força.

A interdependência é tanto uma ferramenta analítica quanto um dispositivo retórico. No senso comum, a dependência é compreendida como o estado de determinação ou impacto significativo de forças externas. Em contrapartida, a interdependência pode ser definida como dependência mútua. No contexto da política mundial, o conceito refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou intervenientes em diferentes países, promovendo cooperação e sinergia para objetivos comuns. A interdependência difere da simples interligação pelos seus efeitos recíprocos dispendiosos (Nye; Keohane, 1977). A sensibilidade refere-se à responsabilidade externa perante efeitos onerosos antes que políticas sejam alteradas para tentar mudar a situação. A interdependência implica interconexão e confiança mútua entre indivíduos, grupos ou países, reconhecendo que nenhuma entidade pode existir isoladamente e que nosso bem-estar e progresso estão intimamente conectados com os de outros (UN World Public Sector Report, 2018). A interdependência ocorre a vários níveis, desde o micro, com relações interpessoais, até o macro, com economias globais e sustentabilidade ambiental. É um conceito fundamental que modela nossos panoramas sociais, econômicos e ambientais.

O trabalho em conjunto pode trazer habilidades e experiências diversas, resultando em desfechos mais inovadores e eficazes. A interdependência torna-se ainda mais pronunciada e essencial nos níveis social e global. No mundo interconectado de hoje, os países dependem uns dos outros para comércio, segurança e cooperação. Reconhecer e abraçar nossa interdependência nos permite fomentar a cooperação, construir relacionamentos mais fortes e trabalhar em direção a objetivos comuns. A interdependência se estende ao panorama político global, à medida que as nações estão cada vez mais interconectadas por

tratados, alianças e organizações internacionais. As ações de uma nação podem ter consequências de longo alcance para outras. Questões como segurança, direitos humanos e crises globais exigem cooperação e colaboração entre países (Shevtsova; Guehno, 2010). A interdependência política promove paz, estabilidade e desenvolvimento, à medida que as nações reconhecem os benefícios mútuos de trabalhar juntas em prol de objetivos compartilhados. A teoria da interdependência é adequada para a natureza multinacional da MNJTF, centrando-se na cooperação, compartilhamento de custos e ação sincronizada contra terroristas de todos os lados ao mesmo tempo.

### *2.3.2 Teoria da segurança coletiva*

A teoria da segurança coletiva surgiu de um institucionalismo liberal que vê o sistema internacional como baseado numa comunidade de estados que podem cooperar para superar problemas mútuos. Também é vista como um compromisso formal entre grupos de países para proteger o interesse de segurança de seus membros individuais dentro de suas esferas de interesse conjuntas. A teoria também explica o acordo em que todos os estados membros atuam coletivamente para neutralizar qualquer ameaça representada por um agente externo contra qualquer um dos seus membros. A teoria da segurança coletiva é uma teoria liberal das relações internacionais que enfatiza os locais de cooperação e obrigação mútua. Os Estados celebram acordos multilaterais para se absterem de atacar uns aos outros e melhorar as relações econômicas dentro de uma organização global à qual devem lealdade. De acordo com a teoria, o compromisso com uma organização internacional criará um compromisso mais estável do que um conjunto extenso e desorganizado de tratados bilaterais. A segurança coletiva refere-se à formação de uma ampla aliança da maioria dos principais atores em um sistema internacional para se opor conjuntamente à agressão de um ator.

O modelo de segurança coletiva, visto como um acordo entre os estados para ações eficazes contra qualquer agressor dentro da comunidade de Estados, poderia também ser empreendido por uma coligação de Estados contra a agressão internacional, conflitos internos ou desordem. No âmbito da segurança coletiva, os Estados concordam em respeitar certas normas e regras para manter a estabilidade e, quando necessário, unir-se para cessar a agressão; isso decorre da constatação de que as ameaças à segurança que as nações enfrentam atualmente são de tal forma que os estados não podem resolver sozinhos, daí a necessidade de capacidade e estratégia sinérgicas. A estabilidade (de qualquer região) decorre da cooperação baseada em combater as ameaças à paz e à estabilidade. Em um sistema de segurança coletiva, o agressor (isto é, um inimigo que ameaça a paz e a segurança regionais ou internacionais), ficaria isolado e teria de enfrentar o poder organizado de toda a comunidade internacional. A segurança coletiva é um acordo regional ou global em que cada estado aceita que a integridade de um diz respeito a todos e concorda em participar numa resposta coletiva às ameaças à paz e à segurança.

## **2.4 Metodologia de pesquisa**

A coleta de dados secundários baseou-se numa combinação de documentação sobre a bacia do Lago Chade e outras organizações centradas nas tendências da região. Foram pesquisadas bases de dados on-line de análise de conflitos para obtenção de estatísticas, refletindo o número e a frequência de incidentes e mortes. Complementamos o levantamento com informações da mídia.

### 3 VISÃO GERAL DA MNJTF E DA BHI E OS DESAFIOS DA MNJTF

#### 3.1 3.1 Visão geral da MNJTF e da mutação da BHI

##### 3.1.1 Mandato da MNJTF

A bacia do Lago Chade é um sistema regional complexo. Nos últimos 10 anos, o extremismo violento se espalhou por toda a região devido às atividades da BHI e do ISWAP, que impulsionaram a cooperação regional em questões de segurança. Os estados membros da LCBR formaram uma força militar conjunta (MNJTF) mandatada pelo Conselho de Paz e Segurança da União Africana com o apoio de parceiros externos. A MNJTF é um modelo de coordenação de ações que busca obter um efeito multiplicador. O contingente de cada país é implantado dentro de suas próprias fronteiras nacionais e funciona como uma prioridade para acordos individuais e bilaterais. A MNJTF foi criada em 7 de outubro de 2014. Em 29 de janeiro de 2015, o Conselho de Paz e Segurança autorizou formalmente a implantação da MNJTF por 12 meses, expandindo seu mandato para incluir tarefas de contraterrorismo (Tchie; Zabala, 2023). A UA conferiu legitimidade política e apoio aos governos regionais, adotando um conceito operacional em junho de 2015. A MNJTF tem três mandatos principais:

1. Criar um ambiente seguro e protegido nas áreas afetadas pelas atividades da BHI e de outros grupos terroristas e reduzir significativamente a violência contra civis e outros abusos (incluindo a violência sexual e baseada no gênero), em total conformidade com o direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário e a política de devida diligência dos direitos humanos da ONU;
2. Facilitar a aplicação global de programas de estabilização pelos estados membros da LCBC e pelo Benim nas zonas afetadas, incluindo o restabelecimento completo da autoridade estatal e o regresso das pessoas deslocadas internamente (PDI) e dos refugiados;
3. Facilitar, no limite das suas capacidades, as operações humanitárias e a prestação de assistência às populações afetadas.

##### 3.1.2 Estrutura da MNJTF

A MNJTF foi reativada no final de 2014 e o Conselho de Paz e Segurança da União Africana autorizou a operacionalização da sua força no início de 2015, renovando o seu mandato anualmente desde então. A força é composta por tropas de seus cinco países contribuintes de tropas (PCTs): Nigéria, Níger, Chade e Camarões, além de um contingente menor do Benim. Uma característica particular da força é que cada contingente opera dentro de suas próprias fronteiras. De acordo

com as regras de participação da MNJTF, os PCTs se posicionam dentro de suas fronteiras nas quais conduzem suas próprias operações nacionais. No entanto, sempre que necessário, as forças podem realizar operações conjuntas e atravessar até um perímetro de 50 km para o território vizinho em perseguição de terroristas. Além disso, as operações são coordenadas para atingir os terroristas de todas as direções simultaneamente e impedir que escapem para áreas não-operacionais. A MNJTF opera sob a liderança política direta da LCBC e a orientação militar de seu comandante (de origem nigeriana), responsável pela coordenação de todas as atividades nos quatro países, enquanto a sede da MNJTF está localizada em N'Djamena, Chade. O setor 1 tem seu comando em Mora (Camarões); o setor 2, na cidade de Baga Sola (Chade); o setor 3, em Baga (Nigéria); e o setor 4, na cidade de Diffa (sudeste do Níger) (Tchie; Zabala, 2023).

Os estados membros da LCBC e o Benim foram obrigados a fornecer à força um quadro jurídico, obtendo autorização formal do Conselho de Paz e Segurança para sua ativação. Isso se tornou ainda mais necessário após os países da LCBC e o Benim buscarem uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) que reconhecesse e aprovasse a implantação da MNJTF. A UA foi fundamental ao estabelecer um acordo que serviu como pré-requisito para a resolução do CSNU e, assim, emergiu como a principal parceira. A experiência da UA no desenvolvimento e na gestão das operações de paz favoreceu a sua posição. A MNJTF depende financeiramente da UA, que muitas vezes é criticada pelo impacto de sua burocracia nas funções e a eficiência da força. A implementação do conceito operacional da MNJTF foi supervisionada por um grupo de organizações regionais, como a UA, a Comunidade Econômica e Monetária da África Central, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), a CEDEAO, a ONU e os países contribuintes de tropas da MNJTF. No entanto, devido à escassez de financiamento, a UA confere legitimidade política global, mas os fundos de execução provêm de agentes externos, como a União Europeia (EU), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Nigéria.

### *3.1.3 Mutação da BHI*

O foco na dinâmica de conflitos na bacia do Lago Chade deve ser entendido como um exame crítico do amplo espectro de atores, estruturas e processos que geram insegurança na região, centrando-se ainda no fenômeno da BHI e suas conexões com outras dinâmicas de conflito ou segurança. Muhammed Yusuf fundou o extremismo violento na bacia do Lago Chade em 2002, no Estado de Borno, na Nigéria. A BHI foi forçada à clandestinidade em 2009, depois que as forças policiais nigerianas mataram mais de 700 membros, incluindo Yusuf, durante uma operação. Os membros restantes se dispersaram pela Argélia, Chade, Mali, Níger e outras partes do mundo. Em junho e agosto de 2011, a BHI adotou uma estratégia mais agressiva ao lançar atentados suicidas contra a polícia e a sede da ONU em Abuja, Nigéria. O grupo ganhou notoriedade internacional após o sequestro de 276 garotas na cidade de Chibok em 2014 e jurou lealdade ao ISWAP em 2015. Abubakar Shekau formou uma aliança com criminosos no noroeste e no centro-norte da Nigéria enquanto procurava expandir seu território para fora do nordeste. Esta aliança se manifestou com o sequestro de Kankara em dezembro de 2020, quando mais de 300 estudantes foram capturados no estado de Katsina. A motivação para essa cooperação foi em grande parte monetária (Olojo; Aniekwe, 2022).

Uma facção dissidente da BHI original esteve ativa até 2021, quando o ISWAP matou seu líder, absorveu seu território e relegou seus membros a ilhas remotas no Lago Chade. O ISWAP também passou por uma reforma interna quando Abu Musab al-Barnawi assumiu a liderança interina. A maior parte das reformas incluiu a abordagem da complexa questão dos espólios de guerra e dos direitos dos combatentes. Os combatentes saudaram a reforma e muitos ex-combatentes regressaram, aumentando a capacidade de combate do ISWAP. A morte de Abubakar Shekau deu ao ISWAP a oportunidade de cooptar alguns de seus combatentes e assumir territórios, consolidando ainda mais a sua posição como o grupo extremista violento dominante na região da bacia do Lago Chade (Samuel, 2020). Em 2019, os militares nigerianos basearam-se em grande parte em uma estratégia de superacampamentos. O JAS explorou essa estratégia para reabastecer seus suprimentos. Embora tenha funcionado temporariamente, isso também expôs os civis a mais ataques do JAS. O ISWAP, que não conseguiu atacar esses superacampamentos, mudou sua estratégia enviando combatentes em concentrações maiores e armando emboscadas contra reforços militares. Essa tática funcionou e levou à invasão de superacampamentos pelo menos três vezes, de fevereiro a abril de 2021. Conseqüentemente, os militares recorreram a bases operacionais avançadas, levando a luta ao BHI. Isso resultou na morte de vários membros do ISWAP, incluindo comandantes (Anakwe, 2021).

Antes da morte de Shekau, o ISWAP dominava principalmente a parte norte de Borno, perto da fronteira nigeriana com o Chade e a República do Níger, incluindo as ilhas do Lago Chade. No entanto, as linhas que demarcam a área de influência de cada facção são frequentemente imprecisas, levando a conflitos ocasionais. O ISWAP se beneficiou da presença limitada do Estado ao intervir para preencher vácuos de poder. Nas áreas sob seu controle, em particular dezenas de aldeias insulares no Lago Chade, o grupo está garantindo rotas de mercado, fornecendo segurança e alguns serviços básicos, como água potável e assistência médica. Eles também controlam o acesso às terras agrícolas como uma forma de extorquir renda das comunidades, aumentando assim as receitas (Aniekwe, 2021). A morte de Shekau alterou o cenário da BHI em 2021, levando a uma calma temporária nas atividades do JAS e à consolidação do poder pelo ISWAP. No entanto, o JAS conseguiu fornecer um ponto de encontro para os combatentes que se recusaram a aderir ao ISWAP. Vários confrontos ocorreram entre as duas facções, com o JAS levando vantagem e mantendo sua posição em Barwa, Níger, e parte das ilhas do Lago Chade. O ISWAP aproveitou sua filiação ao Estado Islâmico para obter o apoio de grupos terroristas globais, com combatentes da Líbia se juntando a eles. A liderança do JAS mudou por volta de março/abril de 2021, quando al-Barnawi assumiu o cargo de líder interino após Ba Lawan. Em outubro de 2021, o Exército nigeriano confirmou a morte de Abu Musab al-Barnawi (Aniekwe, 2021). Ainda não está claro quem dirige a organização. Apesar da morte de seu líder, o JAS pode manter sua posição no topo das montanhas Mandara, embora o ISWAP tenha assumido o controle das aldeias nas áreas mais baixas da montanha.

### *3.1.4 Eficiência operacional da MNJTF*

Os países da bacia do Lago Chade estabeleceram a MNJTF para combater a BHI e o ISWAP. Apesar dos numerosos desafios políticos, logísticos, técnicos e financeiros, a MNJTF obteve alguns sucessos. Ao longo dos anos, a MNJTF pressionou os militantes radicalizados pela expansão da BHI/ISWAP, levando ao rompimento em mais de uma ocasião. A MNJTF também

trouxe avanços significativos em direção à cooperação multilateral, apesar de perspectivas e interesses divergentes. Várias operações de inteligência estão sendo conduzidas para aumentar a taxa de sucesso e reforçar o apoio à estabilização. A avaliação geral é de que a MNJTF está, até certo ponto, atingindo eficazmente suas prioridades de mandato.

Desde 2015, a MNJTF realizou seis grandes operações, registrando ganhos significativos. As operações Sharan Fage em 2021 e Lake Sanity I e II em 2022 limpam vários redutos da BHI e do ISWAP, eliminaram os principais comandantes terroristas e libertaram mais de 4.000 civis. Os esforços da MNJTF também reduziram o número de ataques terroristas e mortes na região de 8.119 em 2015 para 1.894 em 2021. Esse declínio também se deve à rendição de terroristas na região, com 1.711 terroristas se rendendo em 2021 e 2.225 em 2022. Além dos esforços militares, a MNJTF conseguiu criar um ambiente favorável para que mais de 20.000 refugiados e deslocados internos retornassem para casa, de setembro de 2021 a abril de 2022, e manteve-se firme em protegê-los e fornecê-los assistência, mesmo com a saída de algumas ONGs (Zabala, 2023). Além disso, a MNJTF proporciona proteção e um corredor seguro para os agentes humanitários se deslocarem e entrarem nas áreas afetadas, onde anteriormente não havia acesso. Isso permitiu que as populações mais afetadas tivessem acesso a serviços básicos e assistência humanitária. Outro sucesso notável no último ano é a “onda de rendição dos insurgentes” devido às medidas cinéticas e não cinéticas da MNJTF. As operações da MNJTF cessaram o fluxo de armas e equipamento após desalojar o grupo terrorista, que agora está contido em enclaves nas ilhas do Lago Chade.

As conquistas da MNJTF são visíveis, com a incidência de bombardeamentos diminuindo consideravelmente, assim como o fluxo de armas, informações e recursos financeiros. A força-tarefa foi capaz de libertar comunidades anteriormente sob o controle do grupo, incluindo Gore Blangafe, Gore Mahamat, Kirta-Woulgo, Segui, Damboure e Chaugry. A MNJTF também enfraqueceu a capacidade da BHI de infligir sofrimento a civis, com os ataques a cidadãos caindo de 2.000 em 2015 para 573 em 2018 (Tar; Adejoh, 2017). As operações militares da MNJTF melhoraram a situação de segurança em algumas das áreas afetadas na região do Lago Chade, abrindo caminho para que deslocados internos e refugiados retornassem para casa. Foi o que aconteceu em Baroua, na região de Diffa, no sudeste do Níger, onde cerca de 6.000 deslocados internos que fugiram da violência da BHI durante anos retornaram para casa em junho passado. Em agosto de 2021, o mesmo número de deslocados internos retornou a Cross-Kauwa, Baga e Doron Baga, no Estado de Borno. Em fevereiro de 2023, a matriz de rastreamento de deslocamentos identificou um total de 2.388.703 deslocados internos em 488.163 domicílios e 2.110.039 retornados em 346.166 domicílios (UN IOM's Displacement Tracking Matrix, April 2023).

Apesar do sucesso da MNJTF e dos reveses sofridos pelos grupos terroristas, tanto a BHI quanto o ISWAP ainda oferecem uma ameaça resiliente e potente. A BHI realizou 33 ataques que resultaram em 175 mortes durante o primeiro semestre de 2021, em comparação com 59 ataques e 375 mortes em 2020; isto manteve a sua posição como o grupo terrorista mais letal na África, com uma média de 5,3 mortes por ataque (Twum-Amoah, 2022). No entanto, a situação de segurança continua crítica, dada a alta adaptabilidade e mobilidade dos terroristas e as circunstâncias voláteis na região. Embora as operações sejam bem-sucedidas, não podem ser sustentadas por longos períodos. Uma vez que os militares deixem as zonas libertadas, nenhuma capacidade policial pode proteger e manter essas áreas até o início dos programas de estabilização. Isso permite que

os grupos terroristas retornem e recuperem esses territórios, tornando-se invisíveis e incorporados à população local e estabelecendo suas próprias estruturas de governança. Os militares frequentemente são forçados a permanecer presentes para realizar tarefas de policiamento, mas não têm capacidade nem recursos suficientes para operar em tal nível.

### **3.2 Análise dos fatores que dificultam a eficiência operacional do MNJTF na região do Lago Chade**

A essência da MNJTF e das coligações é melhorar a eficácia global da força conjunta no combate à guerra e permitir operações multinacionais mais eficazes. A racionalização, a normalização e a interoperabilidade internacionais com os PCTs são fundamentais para alcançar a cooperação, a eficiência nos contratos públicos e uma capacidade multinacional eficaz. Os países que formam alianças buscam promover a segurança e a estabilidade nacionais, prevenir conflitos e reduzir/compartilhar riscos. Os princípios das operações multinacionais são o respeito, o bom relacionamento, o foco na missão e a confiança. Embora esses princípios não garantam o sucesso, ignorá-los pode levar ao fracasso da missão devido à falta de unidade de esforço.

#### *3.2.1 Financiamento insuficiente do CG da MNJTF*

A maioria das campanhas militares multinacionais africanas não é financeiramente autossustentável. A MNJTF, embora apoiada principalmente pelos PCTs, também depende do apoio doações. Uma porcentagem significativa do financiamento das operações da MNJTF vem dos países que compõem a força-tarefa. No entanto, uma quantidade considerável também provém de países e instituições doadores. Na Conferência de Doadores de Addis Ababa em 2016, o compromisso financeiro com a força-tarefa foi registrado em \$250 milhões. O governo nigeriano comprometeu-se a fornecer \$100 milhões e, em 2016, havia cumprido \$30 milhões de seu compromisso. Além disso, o Reino Unido forneceu \$3,5 milhões para equipamentos, enquanto Benim, Chade e Níger (a Comunidade dos Estados do Sahel-Saara) ofereceram, para a manutenção da força-tarefa, a quantia de \$1,5 milhão para ajudar com o ônus financeiro desses países (Alufoge; Duruji, 2020). O financiamento das missões depende de parceiros externos e de seus processos de aquisição, ou do financiamento de cada PCT.

Os PCTs e parceiros estrangeiros são os únicos apoiadores das operações, com cada PCT contribuindo com o que pode. O principal instrumento da UE para apoio, até 2021, é a Aliança pela Paz e pela Liberdade, com €600 milhões para apoiar a UA sob o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. A UE aprovou um apoio adicional de €10 milhões aos recursos já mobilizados sob o Mecanismo para a MNJTF, aumentando seu apoio geral para €20 milhões. A UE fornece diretamente vários ativos de apoio militar, como transporte aéreo, custos operacionais, inteligência e combustível (COMUNICADO DE IMPRENSA DO CONSELHO DA UE, 21 de abril de 2022). A UE começou a desembolsar seus fundos apenas em 2017 devido a fraquezas nos processos de aquisição da UA. Após várias tentativas malsucedidas de contornar esses processos terceirizando a aquisição para contratantes externos, a UE apoiou uma grande reforma nos sistemas da UA, o que

permitiu que os fundos fluíssem através da UA para a MNJTF e para os contratantes de aquisição. Mesmo hoje, alguns fundos da UE permanecem não gastos. A UE teve que prorrogar seu prazo duas vezes para gastar os fundos devido a atrasos na concordância dos requisitos. No final de 2019, a UA havia gastado ou concordado em gastar pouco mais da metade dos €55 milhões da UE. O dinheiro foi crucial, pagando por serviços médicos para a força, incluindo um hospital em N'Djamena, equipamentos de comunicação, veículos e infraestrutura para N'Djamena e para os quatro comandos setoriais (INTERNATIONAL CRISES GROUP, junho de 2020).

O Departamento de Estado dos EUA, por meio da conta de Operações de Manutenção da Paz, fornece aproximadamente \$71 milhões em equipamentos, apoio logístico e treinamento para os países signatários da MNJTF. O Departamento de Estado também forneceu assistência adicional em contraterrorismo, principalmente através da conta de Operações de Manutenção da Paz. Em setembro de 2015, o Secretário de Estado também autorizou o uso de até \$45 milhões em artigos de defesa, serviços e treinamento militar para os PCTs da MNJTF. No total, a assistência em contraterrorismo relacionada à BHI somou mais de \$6 milhões até o momento. Além da ajuda militar, os Estados Unidos apoiam programas para combater o extremismo violento na região, incluindo mais de \$30 milhões em atividades geridas pela USAID Off Transition Initiatives e outros programas financiados pela Trans-Sahara Counterterrorism Partnership (Brosig, 2023). Isso deixou aos PCTs (principalmente à Nigéria) a responsabilidade de cobrir o financiamento inicial de 2016 para o quartel-general da MNJTF, deixando as tropas no campo com suprimentos insuficientes. A MNJTF enfrenta um financiamento inadequado, inconsistente e insuficiente. Portanto, não consegue planejar, executar e sustentar operações em grande escala de forma adequada. Essa limitação contribui para a redução da eficácia de suas ações. Para que os estados membros da LCBC e seus parceiros internacionais consigam aumentar a presença da MNJTF e garantir operações contínuas e eficazes nos próximos anos, é necessário que cheguem a um consenso sobre a responsabilidade pelo financiamento da força e busquem fontes adicionais de recursos.

### *3.2.2 Equipamentos inadequados no CG da MNJTF*

A falta de equipamentos operacionais adequados para conduzir operações eficazes e seguras é um desafio significativo para a MNJTF. Um exemplo disso é o uso crescente de tecnologias como veículos aéreos não tripulados (drones) pelo ISWAP. Esse uso foi reportado pela primeira vez em novembro de 2018, quando o Presidente nigeriano Muhammadu Buhari anunciou o desenvolvimento durante uma reunião dos PCTs da MNJTF. Até o momento, o uso de drones pelo ISWAP tem se limitado à propaganda, vigilância e comunicação. O influxo de combatentes estrangeiros da Líbia e do Sael, que trazem habilidades técnicas e adaptam drones comerciais amplamente disponíveis, tem ajudado a BHI a incorporar drones em suas operações. (Samuel, 2023). Atualmente, o uso dessa tecnologia pela BHI está restrito a operações de vigilância e reconhecimento (AU PEACE..., 2018). Em apoio à MNJTF, a França forneceu dez aeronaves de transporte para mobilidade, 200 veículos blindados, quatro caças Rafale, helicópteros do Exército Francês estacionados no Mali e drones MQ-9 Reaper, além de comprometer-se a doar €30 milhões para o desenvolvimento de instalações e três sistemas Lance Rocket Unitaire, oferecendo também treinamento militar a alguns membros da força-tarefa

(Alufoge; Duruji, 2020). É crucial que a MNJTF e os países da LCBC desenvolvam uma estratégia para enfrentar a ameaça emergente. Além disso, a MNJTF não possui o equipamento apropriado para contramedidas contra Dispositivos Explosivos Improvisados (IEDs) nem plataformas anfíbias suficientes, o que afeta diretamente a movimentação nas Áreas de Responsabilidade (AORs). Essa situação, associada à falta de treinamento especializado e a diferença de doutrinas e línguas entre as tropas dos PCTs, prejudica a eficácia da força. Portanto, todos os envolvidos na missão devem priorizar tais questões antes de buscar soluções externas ou alternativas.

### *3.2.3 Desafios estruturais da MNJTF*

A insurgência e o terrorismo prosperam na bacia do Lago Chade devido à geopolítica da região e à sua economia política distinta. A bacia, que é o ponto de encontro de quatro estados soberanos (Camarões, Chade, Níger e Nigéria), serve como um polo agrícola e um centro de segurança alimentar para os estados ao seu redor. O Lago Chade é um recurso central que define a política e a geografia da sub-região, sendo crucial para o desenvolvimento econômico dos quatro estados da bacia. Os pântanos ao redor do lago tornam as operações em terreno desafiadoras, oferecendo refúgio para insurgentes armados e dificultando a penetração das Forças Armadas em terrenos acidentados (Tar; Bala, 2020).

A MNJTF opera sob a autoridade direta da LCBC e de seus chefes de estado e de governo, aos quais reporta sobre a execução de seu mandato. Sua estrutura institucional gira em torno da LCBC, responsável pela supervisão política, enquanto a UA é uma parceira estratégica e técnica em estreita colaboração com o Secretariado Executivo da LCBC. O Secretário Executivo da LCBC, Sanusi Imran Abdullahi, foi designado como chefe de missão da MNJTF após a Cúpula Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da LCBC e Benim, realizada em Abuja, na Nigéria, em 11 de junho de 2015. A LCBC tem experiência limitada nesse campo, e a UA emergiu como parceira chave da MNJTF (Assanvo; Abatan, Sawadogo, 2016). O Secretariado da LCBC não desempenha um papel específico nas operações da MNJTF, resultando em um vácuo institucional pela ausência de uma organização confiável para a MNJTF. Assim, tornou-se necessário fornecer apoio à MNJTF em áreas específicas.

Especialistas da UA, CEEAC, CEDEAO, UE, LCBC, França, Reino Unido e EUA elaboraram os conceitos de operações para a MNJTF. A diferenciação funcional entre a UA e a MNJTF resultou do conjunto específico de atores e seus recursos para a ação. A UA procurou se manter relevante insistindo na “necessidade de uma sinergia aprimorada” e mencionando “os princípios de subsidiariedade, complementaridade e vantagem comparativa”. A UA concentrou-se em sua vantagem comparativa ao enfatizar a necessidade de uma resposta holística à ameaça terrorista e ajudar a organizar uma reação de múltiplas partes interessadas. Embora a MNJTF seja principalmente um instrumento militar, é necessária uma resposta mais abrangente e civil para sustentar as vitórias territoriais contra o BHL. A adoção de uma estratégia regional de estabilização, recuperação e resiliência oferece uma abordagem mais completa, com foco em governança e aspectos civis.

## 4 A MNJTF E A PAZ

### 4.1 Política internacional na MNJTF e na região do Lago Chade

A MNJTF possui uma estrutura multinacional composta por unidades militares da Nigéria, Níger, Benim, Camarões e Chade. Tem sede em N'Djamena, com mandato de eliminar a BHI para criar um ambiente pacífico, seguro e protegido. A composição da MNJTF difere fundamentalmente das operações de paz da ONU ou da UA. Enquanto essas missões integram contingentes nacionais sob um comando conjunto e operam tropas em um país estrangeiro sob a bandeira de uma organização internacional, a MNJTF opera com coordenação interna mínima (principalmente em territórios nacionais), apesar de ter permissão para perseguir a BHI até 50 quilômetros em outro país. As tropas operam dentro de suas próprias fronteiras, ao invés de ter tropas multinacionais operando em um único país anfitrião. As operações transfronteiriças são esperadas apenas dentro de 50 km no território do país vizinho (Fessy, 2015).

Enquanto a maioria das missões multilaterais de paz tem mandatos abrangentes que abordam questões de governança e se concentram em tarefas civis, a MNJTF foca em enfrentar militarmente a BHI. Embora seja exigido da MNJTF a realização de tarefas civis e de policiamento, essas ainda não foram concretizadas. A MNJTF não se assemelha a nenhuma estrutura institucionalizada atualmente operando no nível das comunidades econômicas regionais, seja da UA ou da ONU. Em vez disso, é uma resposta adaptada dos países da região do Lago Chade, dividida entre os membros da CEDEAO e da CEEAC. Assim, a MNJTF foi integrada à rede existente de instituições internacionais. A UA defende apoio político, financeiro e outros aspectos para sua missão. A UA possui uma Equipe de Suporte à Missão na Sede da MNJTF que apoia o planejamento, priorização e coordenação do suporte de seus parceiros. Através da UA, a MNJTF recebeu material de campo e de escritório, veículos e outros suportes, além de \$500.000 anuais da UE em 2022 e coordenação adicional com a China para a distribuição de 16 veículos blindados de transporte para os PCTs (Zabala, 2023). A UA ocupou nichos funcionais nos quais possui vantagem competitiva. Endossou a criação da MNJTF, autorizou sua operação, participou da definição dos conceitos de operação da força, solicitou uma resolução do CSNU para autorizar a missão e desempenhou um papel essencial na demanda e facilitação do apoio internacional de doadores.

### 4.2 Consequências da eficácia da MNJTF na paz na Região do Lago Chade

A violência resultante de operações complexas tem historicamente interrompido a paz em várias regiões, como evidenciado na Síria e no Oriente Médio, em Moçambique, na África Oriental, e na Somália, no Chifre da África. Um conflito deslocou 2,8 milhões de pessoas e gerou centenas de milhares de refugiados e deslocados internos. Os países do Sahel estão entre os mais pobres do mundo, enfrentando questões agravadas como pobreza, insegurança alimentar e desemprego. As temperaturas no Sahel sobem 1,5 vezes mais rápido do que a média global, prejudicando diretamente os meios de subsistência de milhões de pessoas

dependentes dos recursos naturais da região (Moss, 2018). A diminuição dos recursos de terra e água tem levado a conflitos frequentes entre comunidades de pastores, agricultores e pescadores. As atividades da BHI e do ISWAP têm piorado as condições humanitárias e explorado a insegurança para recrutar a população. As economias enfraquecidas e a proliferação de extremistas violentos aumentaram as atividades ilícitas e criminosas na região (Moss, 2018). O papel das condições ambientais, sociopolíticas e econômicas na fragilidade e instabilidade da região do Lago Chade é evidente. As operações na região apresentam uma abordagem dividida nas relações civis-militares, com limitada cooperação interagências e uma interface civil-militar fragmentada. A eficácia da MNJTF deve incorporar a dimensão civil-militar, envolvendo aspectos diplomáticos, militares e econômicos para alcançar a paz. A MNJTF não consegue resolver sozinha esses problemas complexos e sempre será apenas um complemento aos esforços nacionais.

Uma operação militar eficiente criará o ambiente necessário para outras ações de governos voltadas para a resolução dos conflitos, à medida que as operações da MNJTF abrem caminho para a atuação de ONGs. No primeiro trimestre de 2023, 120 ONGs planejaram assistência humanitária em 61 áreas de governo local na Nigéria. No total, oito agências da ONU estavam ativas em 58 áreas de governo local, 32 ONGs internacionais estavam ativas em 51 áreas, 67 ONGs nacionais estavam ativas em 55 áreas e 13 parceiros governamentais estavam ativos em 61 áreas (OCHA, 2023). Os EUA e seus aliados usaram força para erradicar grupos terroristas e realizaram ataques direcionados contra estados como Sudão e Iraque, deixando muitas perguntas sem resposta. Assim, o uso da força tem sido criticado principalmente por não abordar as causas subjacentes do conflito. Seja a causa da guerra atribuída à ganância ou ao ressentimento, o fator comum é a percepção de uma certa privação. A BHI e o ISWAP mudaram o *modus operandi* dos grupos terroristas ao preencher o vácuo de poder nas regiões sob seu controle. Eles reescrevem o contrato social, substituem o aparato estatal existente e baseiam seu discurso de recrutamento nas falhas dos estados ao fornecer serviços básicos, incluindo segurança.

Até agora, a MNJTF tem sido prejudicada por um comprometimento político desigual, disputas sobre financiamento e desentendimentos entre os estados, a UA e a UE quanto às prioridades da força. A atenção das capitais dos estados membros da LCBC também variou ao longo do tempo. A Nigéria enfrenta desafios com os Povos Indígenas de Biafra, banditismo e sequestros, enquanto o Chade enfrenta uma crescente insegurança/rebelião ao norte e ao leste. Camarões realocou algumas unidades que combatiam a BHI para enfrentar separatistas anglófonos em suas províncias noroeste e sudoeste. O Níger lida com a al-Qaeda no Magreb Islâmico em sua fronteira com Mali, Líbia e Burkina Faso (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, junho de 2020). A abordagem branda ao contraterrorismo foi projetada para conquistar os corações e mentes das pessoas que foram radicalizadas ou estão em processo de radicalização por um método não coercitivo. O uso da força, especialmente do ponto de vista estatal, é categorizado como centrado no estado (McAleenan, 2019).

A onda de terrorismo na região do Lago Chade gerou reações coletivas dos estados afetados, com uma ênfase exclusiva na força. Enquanto a Nigéria busca desalojar o

grupo das áreas que controla e, portanto, prefere uma estratégia ofensiva, o foco inicial de outros estados membros era simplesmente conter a expansão do grupo em seu território. No entanto, a BHI tem travado uma guerra assimétrica, incluindo bloqueios de estradas, emboscadas e ataques a alvos vulneráveis, alguns dos quais comprometem os ganhos alcançados pela MNJTF. Além disso, os ataques da BHI a alvos vulneráveis se expandiram para Camarões e Níger (ONU 2017). Embora a dependência excessiva do poder coercitivo possa cumprir seu mandato a curto prazo, essa abordagem por si só é insustentável para consolidar a paz e a segurança regional. A dependência exclusiva de uma abordagem militar concentrada no combate ao terrorismo falhará em abordar as causas profundas e pode incubar ainda mais o extremismo violento. Uma estratégia militar de contraterrorismo, como a da MNJTF, pode alcançar sucesso limitado, especialmente no que diz respeito a conquistar a mente e os corações dos civis. Consequentemente, as atividades de uma MNJTF eficiente só podem facilitar o ambiente necessário para a abordagem branda pelos estados da bacia do Lago Chade.

### 4.3 O caminho a seguir

A cooperação regional é vital para combater a BHI e o ISWAP, que prosperam em áreas remotas de fronteira ao redor da região do Lago Chade. Uma MNJTF reforçada pode contribuir para essa estratégia. A BHI e o ISWAP evoluíram sua postura para uma guerra contra o Estado. O ISWAP, em particular, se beneficiou da presença limitada do Estado, preenchendo vácuos de poder que foram deixados. Portanto, é essencial garantir que a MNJTF seja eficaz e empregar outras linhas de ação de poder brando para combater a ameaça da BHI e do ISWAP. Isso inclui a necessidade de vontade política para tratar dos direitos humanos e do Estado de Direito, além de oferecer serviços e garantir acesso a oportunidades econômicas e estratégias de contraterrorismo brando relacionadas à desradicalização. A falta de coordenação no planejamento conjunto e no compartilhamento de informações entre os setores da MNJTF, bem como a ausência de financiamento sustentável, são os principais desafios que limitam o controle político do LCBC sobre a Força e afetam a eficácia da MNJTF.

Esforços devem ser redobrados para abordar lacunas de capacidade, restrições de financiamento, coordenação no planejamento de operações e compartilhamento de informações. Os dois blocos regionais (CEDEAO e CEEAC) devem melhorar a cooperação e coordenação. A UA deve desempenhar um papel mais significativo no apoio à MNJTF na aquisição de mais equipamentos e financiamento. Além disso, argumenta-se amplamente que a UA deve apoiar a estratégia regional para estabilização, recuperação e resiliência, para coordenar de forma mais eficaz os esforços de todas as partes interessadas e estados membros, garantindo compartilhamento de inteligência e experiência. A MNJTF pode também se tornar mais eficaz ao melhorar a conformidade com os direitos humanos, a cooperação e o trabalho conjunto com a UA e a UE em arranjos de financiamento sustentável. Parceiros da MNJTF devem concretizar seus compromissos de assistência material, financeira e técnica para fortalecer as capacidades operacionais (mobilidade, comunicações e inteligência), permitindo uma operação mais eficaz.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 5.1 Resumo das discussões

O Conselho de Paz e Segurança da União Africana autorizou a operacionalização da MNJTF em 2015 para combater a ameaça da BHI e de seus desdobramentos posteriores. A MNJTF obteve algum sucesso em impedir que os grupos terroristas expandissem seus territórios, eliminando mais de 8.500 terroristas ao longo do tempo. Suas operações também permitiram a realização de ações humanitárias e o retorno de deslocados internos (PDIs) e de algumas atividades governamentais. No entanto, a MNJTF enfrenta uma série de desafios, incluindo financiamento, equipamento inadequado e problemas estruturais. Além disso, os estados membros da bacia do Lago Chade dependem mais da MNJTF para resolver o conflito. Os estados membros apenas ocasionalmente seguem a abordagem branda para a gestão de crises, e a BHI e o ISWAP ainda dependem de um certo vácuo para recrutamento e simpatia da população local.

Uma MNJTF eficiente é uma ferramenta no leque de ideias para a paz na região do Lago Chade (e em toda a África, caso outras linhas de operação sejam ativadas). Os estados membros da bacia do Lago Chade devem priorizar o desenvolvimento da capacidade policial e o fornecimento de médicos e outros serviços sociais mutuamente, permitindo que as forças militares se concentrem nas operações contra as terroristas. Isso é necessário, especialmente considerando o nível de pobreza, já que os efeitos das mudanças climáticas e a falta de serviços básicos persistem na área de conflito. Consequentemente, os estados membros da bacia do Lago Chade e os Países Contribuintes com Tropas (PCTs) devem cooperar entre si, com outras instituições como a CEDEAO, CEEAC, UA e ONU, além dos parceiros doadores, visando o mesmo objetivo. Isso requer um consenso sobre o suporte financeiro e logístico, bem como um quadro de aquisições para garantir a contribuição adequada de tropas e o estabelecimento de uma estrutura política eficaz.

### 5.2 Recomendações

1. A União Africana, a Comissão da Bacia do Lago Chade, os PCTs e os parceiros doadores devem chegar a um consenso sobre um quadro de apoio internacional;
2. A União Africana deve facilitar a colaboração entre a Bacia do Lago Chade e outros blocos (sub)regionais no Norte da África, Sahel, África Central, África Oriental e no Chifre da África.;
3. Os PCTs devem desenvolver a capacidade policial em todos os estados membros e reestruturar a força para um caráter multidimensional, com componentes civis e policiais.;
4. A postura da inteligência da MNJTF deve ser fortalecida, estabelecendo um ciclo de compartilhamento de inteligência entre a MNJTF e os PCTs e alinhando o treinamento com as áreas prioritárias.

5. Os doadores devem se comprometer com apoio consistente e previsível para aumentar o financiamento dos PCTs.
6. Os estados membros da região do Lago Chade devem intensificar intervenções de desenvolvimento por meio de um investimento bem definido e coordenado, tanto a longo quanto a curto prazo, em segurança humana, abordando os motores econômicos, políticos e sociais do recrutamento para a radicalização e conquistando os corações e mentes da população.
7. Deve haver uma garantia de que os Estados respeitem e promovam os direitos dos cidadãos como fundamentais para prevenir e combater o terrorismo.

## REFERÊNCIAS

ALUFOGE, O. K.; DURUJI, M. M. Multinational Joint Task Force's Fight against Insurgency in the Lake Chad Basin Region. **WSEAS Transactions on Environment and Development**, Ogum, v. 16, p. 794-801, 2020. Disponível em: <https://www.wseas.org/multimedia/journals/environment/2020/b685115-559.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

ANDERSON, C. H.; BRAUER, J. Conflict and Peace Economics. **Revista Caderno de Campos**, Araraquara, n. 26, p. 39-61, 2019.

ANIEKWE, C. C. **Conflict Analysis in the Lake Chad Basin 2020-2021**. Trends, Developments And Implications For Peace And Stability, 2021. Nova York: United Nations Development Programme, 2021.

ANTIMBOM, F. Z. Transnationalization of Terrorism In The Lake Chad Basin: The Case of Boko Haram. 2016. **Pan African Institute for Development, Cameroon**, Buéa, 2016.

ASSANVO, W.; ABATAN, J. E. A.; SAWADOGO, W. A. Assessing the Multi National Joint task Force Against Boko Haram. **Institute for Security Studies**, Pretoria, September 2016. Disponível em: <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/war19.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

AU PEACE AND SECURITY COUNCIL (816th Meeting) on the renewal of the mandate of the MNJTF against Boko Haram. **African Union**, Addis Ababa, 2018. Disponível em: <https://www.peaceau.org/en/article/the-816th-meeting-of-the-au-peace-and-security-council-on-the-renewal-of-the-mandate-of-the-multi-national-joint-task-force-mnjtf-against-boko-haram-and-the-regional-strategy-for-the-stabilization-recovery-and-resilience-of-the-boko-haram-affected-areas>. Acesso em: 11 ago. 2023.

BROSIG, M. **Military Adhoc-Coalitions And Functional Differentiation In Inter-Organisational Relations. European Journal of International Security (2023)**: University of the Witwatersrand, South Africa. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

BURTON, J. W. Conflict Resolution: Towards Problem Solving. **Peace and Conflict Studies**, [s. l.], v. 4, n. 2, 1997. DOI: 10.46743/1082-7307/1997.1183.

CHEATHAM, A.; LONG, A.; SHEEHY, T. P. Regional Security Support: A Vital First Step for Peace in Mozambique. Thursday. **The United States Institute of Peace**, Washington, DC, June 23, 2022. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2022/06/regional-security-support-vital-first-step-peace-mozambique>. Acesso em: 8 ago. 2023.

COMMUNIQUE OF THE 1057TH MEETING OF THE AU PEACE AND SECURITY COUNCIL (held on 14 January 2022) on MNJTF. Center for International Security and Cooperation, Stanford University. Mapping Militant Organizations. Boko Haram. Last modified March 2018. **African Union**, Addis Ababa, 2018. Disponível em: <https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/boko-haram>. Acesso em: 23 ago. 2023.

COUNCIL OF THE EU PRESS RELEASE. European Peace Facility: €600m for Support of the African Union. **Council of the EU**, Viena, april 2022. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2022/04/21/european-peace-facility-600-million-for-support-to-the-african-union/>. Acesso em: 22 Set. 2023.

DADUR, P.; ALIYU, S. K. The Impact of MNJTF Counter-Operations in the Fight against Boko Haram Insurgency. **Gusau International Journal of Management and Social Sciences**, [s. l.], v. 4, n. 3, 2021.

ENAOHWO, O. M. **Operations Management: Maximizing Production Efficiency in Any Organization**. [S. l.]: [s. n.], 2021.

FAULKNER, N. Battle of Crete in May 1941, Hitler's Airborne Elite and the Battle for Crete. **The Past**, London, 2022. Disponível em: [https://the-past.com/feature/\\_\\_\\_trashed-6/](https://the-past.com/feature/___trashed-6/). Acesso em: 13 set. 2023.

FESSY, T. Boko Haram: Can regional force beat Nigeria's militant Islamists? **BBC**, London, March 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-31695508>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FISCHER, L. **Gandhi; His life and Message For the World**. Nova York: Mentor Books, 1954.

HALI, S. M.; AHMED, R.; IQBAL, S. India and Pakistan Military Comparison. November 2020. **International Review of Social Sciences**, [s. l.], v. 8, n. 11, 2020.

ICG – INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **What Role for the Multinational**, Joint Task Force in Fighting Boko Haram, Africa Report N°291. Brussels: ICG, 2020. Disponível em: <https://icg-prod.s3.amazonaws.com/291-mnjtf-boko-haram%20%281%29.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

IEP – INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index 2019**: Measuring the Impact of Terrorism. Global Terrorism Index. Sydney: IEP, 2019. Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2020/08/GTI-2019web.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

JOBAGY, L. C. Z. The Efficiency Aspect of Military Effectiveness. **Militarie Spectator**, Jaarang, v. 70, n. 10, 2009. Disponível em: <https://www.militairespectator.nl/sites/default/files/uitgaven/inhoudsopgave/MS%2010-2009%20Jobagy%20Military%20effectiveness.pdf>. Acesso em: 5 set. 2023.

MARSHALL, A. What is Peace Process. **Bootcamp Military Fitness Institute**, [s. l.], set. 5, 2020. Disponível em: <https://bootcampmilitaryfitnessinstitute.com/forum/topic/what-is-a-peace-process/>. Acesso em: 6 set. 2023).

MCALEENAN, K. **Strategic Framework for Countering Terrorism and Targeted Violence**. Washington, DC: Department of Homeland Security, 2019.

MILLETT, A. R.; MURRAY, W.; WATMAN, K. H. The Effectiveness of Military Organizations. **International Security**, [s. l.], v. 11, n. 1, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2538875>. Acesso em: 5 set. 2023.

MOSS, K. **Nigerian Terror: The Rise of Boko Haram**. Virginia: James Madison University, 2018.

NYE, J.; KEOHANE, R. O. **Power and Interdependence**. Londres: Pearson, 1977.

OCHA. Nigeria: North-East Humanitarian Operational Presence. **OCHA**, Nova York, 2023. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/nigeria/nigeria-north-east-humanitarianoperational-presence-january-march-2023>. Acesso em: 17 set. 2023.

OLOJO, A.; ANIEKWE, C. C. **Crime and Terror Nexus**. The Intersections Between Terror and Criminal Groups in the Lake Chad Basin. Nova York: United Nations Development Programme, 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/202208/Crime%20and%20Terror%20Nexus%20in%20the%20LCB%20Region.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

PEACE, D. C. **A History of Movements and Ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

PETERS, J. E. *et al.* Operation Allied Force, Lessons for Future Coalition Operations. **Project Rand**, Santa Monica, jan. 2001. Disponível em: [https://www.rand.org/pubs/research\\_briefs/RB72.html](https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RB72.html). Acesso em: 22 ago. 2023.

RESOLVE SPECIAL REPORT: Operation Inherent Resolve. Washington, DC: U.S. Department of Defense, 2017.

SAMUEL, M. Army Opens 20 Super Camps to Checkmate Terrorism in North-East. **The Guardian**, London, 2020. Disponível em: <https://guardian.ng/news/armyopens-20-super-camps-to-check-terrorism-in-north-east/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SAMUEL, M. Institute for Security Studies. ISWAP's use of tech could prolong Lake Chad Basin violence. **Institute for Security Studies**, Pretoria, 2023. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/iswaps-use-of-tech-could-prolong-lake-chad-basin-violence>. Acesso em: 19 set. 2023.

SHEVTSOVA, L.; GUEHNNO, J.-M. **Enhancing Global Security**. World Economic Forum. Report of the Global Redesign Initiative, Everybody's Business: Strengthening International Cooperation in a More Interdependent World. Report of the Global Redesign Initiative. Geneva: World Economic Forum, 2010.

TCHIE, A. Y.; ZABALA, M. L. A Quest to Win the Hearts and Minds: Assessing the Effectiveness of the MNJTF. **Norwegian Institute of International Affairs**, Oslo, 2023. Disponível em: <https://effectivepeaceops.net/publication/mnjtf/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

TWUM-AMOAHA, A. A. Statement for Consideration of the Renewal of the Mandate of MNJTF. Chairman AU Peace and Security Council. **Amani Africa**, Addis Ababa, jan. 14, 2022. Disponível em: <https://amaniafrica-et.org/consideration-of-the-renewal-of-the-mandate-of-mnjtf/>. Acesso em: 17 set. 2023.

UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on the situation in the Lake Chad Basin region**. Nova York: UN, 2017. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/nigeria/report-secretary-general-situation-lake-chad-basin-region-s2017764>. Acesso em: 26 set. 2023.

UNITED NATIONS. IOM GLOBAL DATA INSTITUTE (Displacement Tracking Matrix). **Nigeria - North-East – Mobility Tracking Round IDP and Returnee Atlas**. Nova York: UN, 2023. Disponível em: <https://dtm.iom.int/reports/nigeria-north-east-mobility-tracking-round-44-idp-and-returnee-atlas-april-2023>. Acesso em: 27 jul. 2023.

UNITED NATIONS WORLD PUBLIC SECTOR REPORT. **Working Together: Integration, Institutions and The Sustainable Development Goals**. Nova York: UN, 2018. Disponível em: <https://desapublications.un.org/file/589/download>. Acesso em: 23 ago. 2023.

UNITED STATES. **United States Support to Counter Boko Haram**. Washington, DC: United States, 2016. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2016/02/252399.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.

UNITED STATES. USA Congressional Research Service. **Nigeria' Boko Haram, Frequently Asked Questions**. Washington, DC: United States, 2016.

TAR, U. A.; ADEJOH, S. Military Alliance and Counter-Terrorism in SubSaharan Africa: The Multi-National Joint Task Force in Perspective. **Covenant University Journal of Politics & International Affairs**, [s. l.], 2017.

TAR, U. A.; BALA, B. **New Architecture of Regional Security in Africa. Perspectives on Counter-Terrorism and Counter-Insurgency in the Lake Chad Basin.** Lexington: Lexington Books, 2020.

WEITSMAN, P. A. Wartime Alliances versus Coalition Warfare, How Institutional Structure Matters in the Multilateral Prosecution of Wars. **ASPJ Africa & Francophonie**, [s. l.], p. 29-53, 2011.

ZABALA, M. L. Conflict & Resilience Monitor: Assessing the Effectiveness of the Multinational Joint Task Force. **Accord**, [s. l.], fev. 24, 2023.